

## **We don't need another hero! Temos o capitão Nascimento**

MARIAROSARIA FABRIS\*

Na manhã de 23 de novembro de 2010, os habitantes da Vila Cruzeiro começaram a ouvir o espocar de tiros. Era tiro para todo lado. O tiroteio varou a madrugada e, durante o dia, intensificou-se. Depois de 48 horas de tiros e granadas, com os moradores acuados em suas casas e patrulhas do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar) conquistando posições até dominarem o topo do morro, blindados da Marinha vieram completar a invasão. Bandidos saíram pelo ladrão e tentavam alcançar o vizinho Complexo do Alemão, levando seus armamentos.

No dia 26, começava o cerco às favelas do Complexo do Alemão, dominadas, dois dias depois, só com alguns confrontos esparsos e não com um grande embate com os traficantes, como seria de se esperar. O BOPE continuou na operação, patrulhando a área até o fim do mês. Em 2 de dezembro, as Forças Armadas eram autorizadas a atuar na pacificação das comunidades do Complexo do Alemão. A missão de paz (como a do Haiti) era formada por 2.200 homens, quase todos da Brigada Paraquedista do Exército, e tinha por tarefas o patrulhamento do território ocupado, a revista de seus habitantes e a prisão em flagrante. Subordinadas às Forças Armadas, as Polícias Civil e Militar ficaram encarregadas das buscas e apreensões nas casas.

Era o contra-ataque do Estado aos mais recentes desmandos do crime organizado: veículos queimados, assaltos, tiroteios, ações contra postos policiais, em resposta à perda de territórios nas favelas para as milícias<sup>1</sup> e as UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora<sup>2</sup>. Fernando Gabeira (2011) forneceu outra versão:

---

\*Universidade de São Paulo, pós-doutora.

<sup>1</sup>As facções criminosas que comandam a venda de drogas nas favelas do Rio de Janeiro, dos onze municípios da Baixada Fluminense e da Baixada Litorânea (Niterói e São Gonçalo), vêm perdendo terreno, a partir de 2005, com o avanço das milícias. Chefiados, muitas vezes, por vereadores ou deputados estaduais, esses grupos, são formados por policiais, bombeiros, agentes penitenciários e ex-agentes de segurança pública. O chamado Comando Azul, além de estar envolvido com o tráfico, cobra dos moradores das comunidades por uma série de serviços: segurança, transporte público, venda de gás, luz, TV a cabo pirata, moradia, comércio... Desde 2008, paramilitares e traficantes enfrentam um recuo em suas atividades: as milícias, pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que indiciou centenas de seus integrantes; as facções, principalmente o Comando Vermelho, com a presença das UPPs em doze morros cariocas. Para o antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares (TEIXEIRA, 2010: 129; BAVA, 2010: 5): “A milícia é a promiscuidade do estado com o crime. São policiais atuando como criminosos, sem máscaras”. “Milícia remete, em sua gênese, à

Semanas depois da ocupação, uma autoridade me confessou as razões dos atentados. Com as informações obtidas nos presídios de segurança, concluiu-se que os atentados eram uma represália contra [a] ação da polícia entre as famílias dos presos. Desde o princípio do ano passado, começou uma operação, comandada pelo chefe da Polícia, Allan Turnowski, para recuperar o dinheiro do tráfico que estava com as famílias. Operação necessária, que usaria o clássico método de comparação entre bens e rendimentos. Segundo os presos, a operação extrapolou seus objetivos legais e virou uma fonte de confisco. Foi esse o estopim<sup>3</sup>.

Para José Mariano Beltrame (COSTA & FRAGA, 2010), Secretário de Segurança do Rio de Janeiro:

Quando os incêndios se espalharam, percebemos que essas informações vinham da Vila Cruzeiro. Ela recebia dos presídios e era a central de disseminação. Em vez de botar um policial em cada esquina, vou na Vila Cruzeiro.

---

segurança privada, à degradação de instituições políticas e policiais, a políticas de segurança desastrosas. Hoje, elas são o que há de pior, de mais bárbaro e mais grave. Constituem o que, tecnicamente, se chama ‘crime organizado’. São máfias formadas, sobretudo, por policiais. Elas já ocupam espaços políticos”.

<sup>2</sup>Segundo Luiz Eduardo Soares (BAVA, 2010: 5), as UPPS são uma retomada do Mutirão da Paz (1999) e do GPAE – Grupo de Policiamento em Áreas Especiais (2000-2001), implantados na zona sul da cidade quando ele coordenou a área de segurança pública do Rio de Janeiro (1999-2000). O projeto Mutirão da Paz acabou com os confrontos entre policiais e traficantes na favela Pereirão (em Laranjeiras), atendeu às demandas sociais de seus moradores e tornou-se a base para a implementação, em setembro de 2000, do GPAE no complexo Cantagalo-Pavão-Pavãozinho (entre Copacabana e Ipanema), com o policiamento comunitário encarregado de administrar os problemas locais. Embora as UPPs sejam tão celebradas, a ponto de serem almeçadas por outras comunidades, Marcelo Freixo ([ANTUNES], 2010), deputado estadual do PSOL, que presidiu a CPI das milícias, não deixa de externar sua preocupação quanto ao futuro das áreas beneficiadas pela presença de postos policiais, uma vez que sua instalação não consegue esconder o projeto que há por trás: “É o corredor hoteleiro, a zona portuária, o entorno do Maracanã e a cidade de Deus, único lugar em Jacarepaguá [zona oeste] que não está na mão da milícia. Não é possível alguém dizer que é coincidência. É um projeto de cidade. É a retomada de territórios que estão em lugares estratégicos para grandes investimentos”. E, referindo-se às comunidades de Chapéu Mangueira e Babilônia (no Leme): “Quem garante que daqui a dez anos esses moradores que construíram aquela comunidade, que são referências históricas e culturais, vão estar mantidos ali? Ficam em um dos lugares mais valorizados do Rio, com uma das vistas mais lindas que já vi. Qual é a política pública que será desenvolvida para que eles consigam ficar ali e resistam a tudo que vai acontecer com a não permanência do varejo da droga?”.

<sup>3</sup>Embora sem nomeá-la, Gabeira estava referindo-se à chamada “Operação Guilhotina”, iniciada em setembro de 2009. No dia 11 de fevereiro de 2011, policiais civis e militares (e até pessoas que ocupavam postos de comando) foram indiciados, sob suspeita de negociar informações, armas e drogas com traficantes, vender proteção e segurança a casas de prostituição, envolver-se com milicianos ou atuar como eles, desviando bens de moradores e bandidos em operações de repressão ao tráfico. Durante a ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, graças a escutas telefônicas, policiais foram filmados levando armas, drogas, ouro e dinheiro, que haviam sido escondidos, e outros pertences de traficantes. Habitantes das comunidades, além de denunciarem abusos, também tiveram dinheiro e outros bens apreendidos. Esse material, no entanto, não foi entregue nas delegacias. Ademais, surgiram suspeitas sobre vazamento de informações e facilitação de fuga de criminosos.

Se vou na Vila Cruzeiro, não vou mais sair. Se vou lá, tenho de ir ao Complexo do Alemão. E de lá também não vou poder sair. É melhor do que apagar incêndio em tudo o que é esquina.

Nosso programa aqui de atacar os Complexos da Penha e do Alemão estava lá na frente, daqui a uns 15, 16 meses. Desengavetamos.

Embora boa parte da imprensa escrita e falada tenha comemorado uma “operação policial, organizada e, por isso mesmo, quase incruenta” (CORRÊA, 2010), para Itamar Silva (BAVA, 2011: 21), coordenador de projetos do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) em favelas cariocas, a ocupação do Complexo do Alemão não correspondeu a uma estratégia previamente traçada pela Secretaria de Segurança, mas foi motivada pela tentativa de prender um dos assassinos do jornalista Tim Lopes, que, tendo recebido um indulto, não voltou à cadeia:

Durante a ação em Vila Cruzeiro, que é uma favela vizinha, aquela imagem ao vivo na TV, dos traficantes saindo e correndo numa estrada, entrando no Alemão, essa imagem, que foi para o mundo inteiro, virou um símbolo. A partir desse momento, seria uma desmoralização imensa se a polícia não fosse atrás deles no Complexo do Alemão, uma área onde estavam se concentrando soldados do tráfico vindos de outras favelas<sup>4</sup>.

A televisão e a grande imprensa deram ampla cobertura à invasão, principalmente as organizações Globo, mobilizando trupes de repórteres (protegidos por coletes à prova de bala, com cores e logotipo do canal televisivo), que subiram o morro junto com os policiais, e utilizando dois helicópteros, os quais, equipados com câmeras de alta definição, capazes de aumentar até 800 vezes uma imagem, davam a ideia de realizar voos rasantes sobre as favelas<sup>5</sup>. Desse modo, as imagens do enfrentamento entre o

---

<sup>4</sup>Para Rodrigo Pimentel (VILLALBA, 2010) também, foram essas tomadas que motivaram as autoridades a levar adiante a operação: “Nunca antes as autoridades policiais se manifestaram com tanta clareza na TV. A cobertura também uniu o povo do Rio em torno da vontade comum de livrar a cidade do tráfico. Você não acha que a Dilma [Roussef], o [Nelson] Jobim e demais autoridades não viram as imagens daquela procissão de bandidos fugindo da Vila Cruzeiro que o Globocop filmou? Aquelas imagens sensibilizaram o povo, e não tinha mais como recuar. A polícia foi reapresentada ao povo do Rio”. A repercussão das imagens captadas pelos helicópteros da Globo foi tamanha, que a polícia vetou novas tomadas aéreas na região.

<sup>5</sup>Em *Elite da tropa 2*, que serviu de base para o roteiro de *Tropa de elite 2 – o inimigo agora é outro* (2010), há a seguinte argumentação do personagem Gontijo Peralta, superintendente da Polícia Federal: “– Eu não gosto de polícia midiática, sabe? Esse negócio de operação montada para jornalista filmar e divulgar no *Jornal Nacional*, acho uma vigarice, uma vulgaridade, e um troço ilegal. Porque é ilegal. Ainda que não fosse, certamente seria contraproducente para o trabalho. Bom para o delegado que comanda o espetáculo, para o elenco envolvido no show, e péssima para a segurança pública. De modo que sou contra. Não aprovo isso de jeito nenhum. [...] Vai ver no que resultaram as operações que deram mais IBOPE? O que funciona mesmo e produz resultado é a ação que a gente realiza com

tráfico e o poder público, bem como as da população favelada recebendo amistosamente os policiais e aclamando-os como heróis libertadores, foram trazidas para dentro dos lares em rede nacional, o que transformou a chamada “guerra do Alemão” num grande espetáculo midiático, a propiciar aos telespectadores – principalmente aos cariocas, aconselhados a desertar os espaços públicos – toda a emoção de uma participação ao vivo na “refundação do Estado” nas áreas conquistadas. Como observou Francisco de Oliveira (2010): “A população viu, agora ao vivo e em cores, o *reality show* do capitão Nascimento subindo o morro com o Bope”<sup>6</sup>. Segundo Rodrigo Pimentel (VILLALBA, 2010), foram essas tomadas que levaram os traficantes a desistirem de qualquer reação e as autoridades a dar prosseguimento à operação:

Como todos os policiais, eu apostava num banho de sangue. Hoje, tenho outra teoria, de que a ampla divulgação das imagens da operação serviu como um efeito de dissuasão. Imagina o bandido vendo pela TV o comboio do Bope com 19 blindados chegando na comunidade... Tudo isso teve um impacto muito grande. Garantiu que não havia outra opção, a polícia ia entrar.

---

seriedade e sem vaziar. Sim, porque até nesse sentido é ruim. É perigoso. Se o repórter vai junto, tem de saber com um mínimo de antecedência que a operação vai ocorrer. E, se ele sabe, o fotógrafo sabe, o cinegrafista, o diretor, o editor, a mulher do cara. E por aí vai. Daí a chegar aos ouvidos dos suspeitos é um pulo” (SOARES et al., 2010: 163). O livro foi escrito por Luiz Eduardo Soares (ex-Secretário estadual e nacional de Segurança), Cláudio Ferraz (delegado da DRACO – Delegacia de Repressão ao Crime Organizado), André Batista (major do BOPE) e Rodrigo Pimentel (capitão reformado do BOPE). Diante das críticas à televisão nele contidas, não deixa de ser contraditório o fato de o ex-capitão do BOPE ser comentarista da Rede Globo sobre questões de segurança pública, de ter ficado trinta e quatro horas no ar em cinco dias, comentando os acontecimentos que sacudiram o Rio de Janeiro em fins de novembro de 2010, e de contar num debate ([ANTUNES], 2010): “Quando terminou a operação, a gente disse lá na Rede Globo: vai ter UPP no Alemão. Recebemos um contato do governo do Estado dizendo isso, mas o secretário de Segurança nos desmentiu. ‘Não é meu planejamento neste momento’, ele disse. Nós insistimos porque a sociedade do Rio não admite mais uma operação policial desacompanhada de UPP. À noite, o governador disse: ‘Vai ter UPP no Alemão’”. O cineasta José Padilha ([ANTUNES], 2010) contestou esse poder da emissora televisiva: “Por que tem 50 corretores no Alemão? Porque tem 50 câmeras. Se não tivesse, não teria nenhum. Vamos ser realistas. A Globo está empurrando uma polícia ruim para fazer um programa bom. [...] Qual é o papel da imprensa? Mobilizar ou informar? Eu acho que a imprensa tem de informar: a UPP é boa para os moradores, melhor que o tráfico, porém a polícia está corrompida, não representa o bem [...]. Que governo é esse que só fez UPP por que a Globo falou para ter? Que só colocou corregedoria depois que a Globo mostrou?”. Padilha, no entanto, associou-se à GloboFilmes na produção de *Tropa de elite 2 – o inimigo agora é outro*. As chamadas da emissora nos intervalos comerciais ajudaram a alavancar ainda mais o grande lançamento, nos padrões hollywoodianos (mas sem nenhuma *major* implicada na distribuição), de sua última realização, o que a tornou o maior fenômeno de bilheteria do cinema brasileiro.

<sup>6</sup>A socióloga Vera Malaguti (ARBEX, 2011: 24), secretária geral do ICC (Instituto Carioca de Criminologia), lembrou que a Globo anunciou a operação com antecedência como “Tropa de elite 3”.

O acesso à “realidade” dava-se de forma imediata, mediada e orquestrada pelas autoridades e pela emissora do Jardim Botânico, num tipo de cobertura em que o “cidadão telespectador” foi “mobilizado mais por circunstâncias de ação, do que por oportunidades de reflexão” (LESSA, 2010)<sup>7</sup>. Isso aconteceu mesmo nas entrevistas em estúdio, nas quais os lugares comuns se sucederam, o que só veio confirmar a versão oficial dos fatos, uma vez que não se deu muita importância a vozes discordantes ou a notícias sobre corrupção e abuso dos policiais, que começavam a furar a blindagem das matérias só favoráveis à tomada da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão<sup>8</sup>. No dia 28 de dezembro, ao participar do programa “Domingão do Faustão” – no qual foi saudado pelo apresentador como o “verdadeiro capitão Nascimento” –, Rodrigo Pimentel (ARBEX, 2011: 24) declarou:

Está tudo muito bem coordenado. É uma demonstração de força com blindados. Sem nenhuma vítima das comunidades, nenhuma bala perdida, nada. Eu diria que é perfeita, porque nenhum policial morreu, nenhuma pessoa da comunidade foi atingida. Os bandidos estão sendo presos. Não são “pés de chinelo”, e, sim, *staff* da facção. Toda a cidade vai curtir uma sensação melhor, uma segurança maior depois disso. Essa região é muito

---

<sup>7</sup>“Por trás das câmaras, o rancor surdo das outras classes sociais [...]. O aplauso de vastas porções da população do Rio apenas confirma que se trata de um ódio rancoroso [...]. Agora, o Rio deixou à solta os cães de aluguel. Ninguém se engane: por trás das fachadas engalanadas do Brasil do futuro que já chegou nas prateleiras das Casas Bahia, vive uma sociedade esgarçada, forçada a correr atrás do êxito a qualquer preço, liquidando sem juros qualquer valor civilizatório, que a muito custo conseguimos erguer depois da barbárie da ditadura militar” (OLIVEIRA, 2010). De fato, ao que tudo indica, o que mais chocou a opinião pública não foi o emprego de um aparato de guerra para ocupar um território cuja população não entende bem porque se combatem os bandidos para “ao mesmo tempo ser tolerante e benevolente com os consumidores de droga, fonte alimentadora do tráfico” (MARTINS, 2010), mas a imagem reflexa dos próprios desejos materiais que o morro lhe devolveu. Como salientou a antropóloga Mariana Cavalcanti (CRUZ<sup>1</sup>, 2010): “Não entendo a surpresa das pessoas com as banheiras de hidromassagem, as piscinas, as TVs, o quadro do artista pop juvenil na parede encontrados ali. Ora, são os valores da nossa sociedade, do capitalismo, que os tornam objetos de desejo. Os traficantes são socializados nessa cultura de consumo como todos nós. [...] Então por que a surpresa? As pessoas, em particular a classe média da zona sul e da Barra, ficam incomodadas com a pouca nitidez da diferença entre ‘nós’ e ‘eles’, com o compartilhamento do imaginário de consumo. Entrar no mundo opaco da favela e encontrar um espelho das suas aspirações parece desestabilizar a certeza tão consolidada e cultivada de que os traficantes em particular e os moradores de favelas em geral são ‘os outros’”.

<sup>8</sup>Questionando o discurso oficial, que, num primeiro momento, ocultou a apropriação de bens de moradores e traficantes por parte de integrantes da polícia e do Exército, escreveu Fernando Gabeira (2011): “No Complexo do Alemão ocorreu apenas uma grande operação de rapina. Dezenas de repórteres e cinegrafistas estavam lá, mas isso escapou de seu raio de observação. Era uma operação de guerra, como no Iraque, em que os repórteres, por se escolherem como uma extensão da força ocupante, perdem o potencial crítico. Foi tudo lindo e maravilhoso na narrativa, enquanto no terreno real a pilhagem se desenvolvia na sombra”.

violenta, eles promoviam guerra entre as facções. Desde que a operação começou, não temos mais ocorrências de assaltos e carros queimados.

As metáforas empregadas pelos integrantes desse coro consensual dos contentes foram as do jargão militar: “ocupar o território”, “expulsar o inimigo”, “extirpar o mal”, “recuperar o controle”, combater o terrorismo (ARBEX, 2011: 24; LESSA, 2010), o que tornou natural aos olhos do cidadão-telespectador a presença das Forças Armadas numa tarefa que não lhes caberia, pois não se tratava de conquistar uma nação inimiga, nem de enfrentar invasores estrangeiros. E, o que é mais grave, tornou natural a violação das leis por parte do Estado, pois o que importa é resolver rapidamente qualquer problema, e fez com que o combate violento à violência também se banalizasse, como atesta um jogo eletrônico lançado *on-line* logo depois dos acontecimentos no Rio de Janeiro e acessado 200 mil vezes em três dias. Em “Fuga da Vila Cruzeiro”, traficantes ficam na mira de uma arma de fogo, cabendo ao internauta matar ou não, embora o diretor da empresa que criou o jogo, Neco Boullosa (ARAUJO<sub>2</sub>, 2010), afirme que ele é antes um convite à reflexão:

Ali não tem um “mate dez para passar de fase”. Assim, eu estaria me posicionando ideologicamente,. E o jogo não tem fim, porque o problema não vai ser resolvido atirando. Você pode fazer uma carnificina que não vai adiantar nada. O jogo cumpriu seu papel de suscitar a discussão.

Essa incitação catártica à matança, sem que haja a pretensa reflexão sobre o que está efetivamente em jogo no tabuleiro da sociedade brasileira, que exclui “jovens pobres, negros, das favelas, da periferia, de baixíssima escolaridade”, os quais “sem educação de qualidade, saúde, lazer, oportunidades”, em resumo, sem “perspectivas de vida”, são condenados às “prisões da miséria”, ou seja, ao “decreto da pena de morte social” (FREIXO, 2010), foi contestada também por Leonardo Pereira Mota (SALLES, 2011), mais conhecido como MC Leonardo, um dos principais expoentes do funk carioca:

nós vivemos num país onde um apresentador de televisão faz apologia à tortura, mandando a polícia fazer “um carinho no preso para ele falar”. Nós vivemos num país onde o capitão Nascimento, em uma cena só do filme, comete uns quatro ou cinco crimes, as pessoas aplaudem e ninguém manda prender o diretor. Nós vivemos num mundo onde o GTA, que é o jogo de violência mais jogado do planeta, não tem a opção de ser o policial, só bandido. A missão do boneco do GTA é matar, roubar, traficar.

Se eu fizer uma música falando que a polícia tem que meter o pé na porta dos outros, vou estar fazendo apologia ao crime. Mas não vou ser censurado.

Porque esse crime é o que o governo está cometendo, e o crime do governo todo mundo pode aplaudir.

E, de fato, muita gente aplaudiu sem maiores questionamentos a atuação do Estado na Cidade Maravilhosa. Veja-se, por exemplo, o que escreveu Marcelo Rubens Paiva (2011) sobre o emprego dos seis blindados da Marinha:

Tomar o território é a palavra de ordem das forças policiais. O que não se entende é por que não o fizeram antes, se vimos pela TV que pareceu tão fácil.

[...] Foi uma operação constitucionalmente ilegal. Pois, para as Forças Armadas entrarem numa batalha contra o crime, é preciso que haja intervenção Federal no Estado.

Encontraram a brecha na lei: os carros foram apenas emprestados para a polícia carioca, o que botou a bandidagem para correr. Mas vai o Comando Vermelho entrar com uma ação no Supremo contra a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, para contestar a legalidade da operação?

Ela foi um sucesso, recebeu um inédito apoio popular, especialmente dos moradores das favelas, tomou o território, minou a engrenagem do crime.

No noticiário e nos artigos opinativos sobre a ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, mas também em matérias que trataram de outros assuntos, chamou a atenção a recorrência do nome do capitão Nascimento ou a referência aos filmes em que esse personagem aparece, como se a realidade se tornasse mais real quando unida pela ficção. A manchete de uma reportagem anunciava: “Grupos formados por agentes de segurança, foco central do sucesso *Tropa de elite 2*, não param de crescer no Rio” (NOGUEIRA, 2010a)<sup>9</sup>. Luiz Carlos Bresser-Pereira (2010), ao comentar as razões pelas quais o Estado não consegue afirmar-se nas comunidades cariocas – os grandes lucros derivados do tráfico, as poucas alternativas de trabalho para os jovens, a corrupção policial, sobretudo das milícias –, arrematava: “Os três notáveis filmes de José Padilha, *Ônibus 174*, *Tropa de elite* e *Tropa de elite 2*, apresentaram

---

<sup>9</sup>Em outra reportagem, Italo Nogueira (2010b) tornou a referir-se à realização de Padilha, como se as notícias sobre as milícias passassem a fazer sentido para os leitores só depois que o cinema começou a retratar esses grupos paramilitares, numa preocupante (con)fusão entre ficção e realidade: “Alçadas ao topo do debate pelo filme *Tropa de elite 2*, as milícias já dominam mais áreas do que a principal facção do tráfico, o Comando Vermelho, aponta estudo do Nupevi (Núcleo de Pesquisa das Violências), da Uerj”. O tenente-coronel do BOPE, Paulo Henrique Moraes (DEZAN, 2010), ficou surpreso ao constatar que alguns espectadores acharam que o filme de José Padilha era quase um documentário: “Misturaram muita coisa e isso pode confundir a população. Isso acaba criando o efeito naquele cidadão que conhece menos de que tudo é verdade. Algumas pessoas tiram conclusões erradas e é preciso ter cuidado quando você navega com esse rumo”.

essas três causas de maneira didática. Por que, então o problema não é resolvido?”. Referindo-se ao cinema brasileiro contemporâneo, Seu Jorge (CALADO, 2011), um dos intérpretes da última realização de Padilha, declarou: “Alguns podem até dizer que não, mas *Tropa de elite* influenciou diretamente a invasão do Morro do Alemão, no Rio”. E Inácio Araujo (2010a), ao fazer um balanço da produção cinematográfica nacional no ano passado, afirmou:

2010 acabou sendo mesmo o ano de *Tropa de elite*, que [...] se tornou o filme brasileiro mais visto em todos os tempos, com decorrências provavelmente inéditas do ponto de vista de uma intervenção imediata do nosso cinema na sociedade.

Ou alguém duvida que foi com a credibilidade ganha nos dois filmes de José Padilha que o Bope comandou a invasão do Complexo do Alemão para atacar uma fortaleza do crime organizado?

A transformação de Roberto Nascimento de *persona* em pessoa – dentro do imaginário midiático, em que ficção e realidade ocupam o mesmo patamar – não deixa de ser emblemática. O próprio comandante do BOPE, tenente-coronel Paulo Henrique Moraes (MEIER & TEIXEIRA, 2010: 122) considerou positiva a exaltação como herói nacional de seu duplo ficcional, alçado à categoria de paladino da justiça:

O Nascimento é paradoxal e exagera em seus comportamentos, mas é, acima de tudo, um idealista. E isso atrai a simpatia da população. Ele deixa a vida pessoal e os problemas familiares de lado, se dedica e se expõe a riscos para enfrentar um sistema corrompido. [...]

O Bope virou pop star no Rio. A gente tem um apoio muito grande da população. Viramos comentário até na boca de criança. Para você ter ideia, para o Dia das Crianças lançaram aqui no Rio um caveirão de brinquedo – um carrinho que imita nosso veículo blindado – e esgotou<sup>10</sup>.

Em suas afirmações, o atual comandante do BOPE tocou num ponto que foi comentado também pelo psicanalista Contardo Calligaris (2010), o da mudança de modelos comportamentais para os mais jovens:

Em geral, as crianças (que sempre sofrem por serem menores e mais fracas) idealizam facilmente os violentos e marrentos.

---

<sup>10</sup>Cf. a declaração de Rodrigo Pimentel (VILLALBA, 2010): “O *Tropa* apresentava uma polícia mais firme, mas mais honesta. As pessoas já amavam o Bope, agora isso foi transportado para toda a polícia”.

Há tempos, elas idealizavam os soldados do tráfico, apenas mais velhas do que elas. De repente, a semana nos ofereceu a imagem de crianças festejando a chegada triunfal e desejada, na favela, de um exército de libertação.

Se essa imagem se confirmar, o tráfico terá perdido a batalha crucial desta guerra: a batalha pelas mentes e pelos corações dos jovens.

Reconheça-se que, nessa batalha, um dos maiores aliados das forças brasileiras talvez tenha sido e ainda seja o Capitão Nascimento.

Diante dessa opinião, duas questões se colocam. A primeira diz respeito à ideia de libertação, da qual discordam os que advertem para o fato de que, passados os eventos internacionais que o Rio de Janeiro hospedará nos próximos anos – Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016)<sup>11</sup> –, se corre o risco de tudo ficar como dantes no quartel de Abrantes, uma vez que a precariedade das conquistas sociais nas favelas já levou a um “conformismo”, a uma “resignação” e a uma “subserviência política e eleitoral”, o que “anestesia mais do que a droga”, nas palavras de José de Souza Martins (2010). E ademais, como lembrou Fernando Gabeira (2011): “Comemorar a libertação do Alemão como a de Paris na 2ª Guerra Mundial, festejar a prisão de algumas pessoas fazendo pipi na rua como a tomada do Monte Castelo só é possível quando a paixão sequestra o senso crítico. Aves de rapina agradecem”.

A outra traz uma dúvida: o novo ídolo dos mais jovens, e não só deles, é o capitão Nascimento de *Tropa de elite* ou o tenente-coronel Nascimento de *Tropa de elite 2 – o inimigo agora é outro*? Ao que parece, dentro da cultura pop brasileira, apesar do esmagador sucesso do segundo episódio da saga desse policial do BOPE, o que persiste ainda é a figura truculenta do “herói tupiniquim” (BALSEMÃO, 2010) da produção de 2007. E essa identificação não deixa de ser preocupante, porque o capitão Nascimento não é menos violento do que os traficantes que combate; ou seja, no imaginário dessas pessoas, estaria havendo uma troca de herói – “Enfim, um herói do lado certo” (MEIER & TEIXEIRA, 2010: 120-121), como apregou a revista *Veja*<sup>12</sup> –, mas não uma troca de

---

<sup>11</sup>Como salientou Silvio Caccia Bava (2011: 22): “A pacificação do Rio é condição para que a cidade possa se transformar nesse espaço público mundial de referência do esporte com a Copa e a Olimpíada”. O canal pago Discovery, no dia 21 de novembro de 2010, exibiu o documentário *Rio de Janeiro: segurança em jogo*, mostrando a preparação das forças policiais na proteção da cidade de prováveis atentados ou tumultos durante a realização dos dois eventos esportivos.

<sup>12</sup>Engrossando o coro dos órfãos da linha dura, Luiz Felipe Pondé (2010) ponderou: “Sim, considero o Capitão Nascimento – promovido a coronel no segundo filme – o primeiro herói produzido pelo cinema brasileiro, para além das tentativas infantis e entediantes de nos fazerem engolir, goela abaixo, bandidos, guerrilheiros de esquerda, drogados, prostitutas e cangaceiros como heróis. Vale lembrar que o intelectual dos direitos humanos no filme (o Fraga) revela-se um ‘Capitão Nascimento’ em sua

valores. No fundo, deixou-se de lado um exemplo negativo para espelhar-se em outro um pouco menos negativo, uma vez que este também age ao arpejo da lei. A barbárie é vencida pela barbárie, por mais que venha disfarçada de estado de direito.

O general italiano Fabio Mini (2011: 75), que comandou a força multinacional no Kosovo, lançou recentemente um alerta sobre as instituições que se desviam ou abandonam a legalidade, sobretudo em nome da política:

Na verdade, a política é mistificada e assumida como álibi, porque a política dos governantes deve visar ao interesse público e não ao enfraquecimento das instituições, à manipulação das consciências, à rapacidade, ao interesse privado, à impunidade, à venda do patrimônio público e à manipulação dos órgãos de segurança, de justiça ou de administração pública. Essa falsa política é típica dos países com instituições fracas ou com regimes autoritários. Mas, quando se afirma em países ditos democráticos, demonstra que as instituições estão sucumbindo numa guerra entre quadrilhas, das quais a maior ocupou o poder político, o econômico e o midiático, servindo-se deles para os próprios interesses. [...] A luta contra a criminalidade não é um álibi quando permite que um grupo criminoso substitua outro, quando se limita a mudar a topografia criminal sem mudar sua geografia e sua lógica. O rigor administrativo não melhora se as empreitadas tiradas de um criminoso vão para outro mais próximo do poder, nem por isso menos criminoso, se as privatizações são regalias para companheiros num desenho de espoliação pública<sup>13</sup>.

---

função de crítico da sociedade, o que é raro”. Nas palavras de José Padilha (ROSENBERG, 2010: 12; TEIXEIRA, 2010: 128): “Não havia nenhum filme que trabalhasse o tema do ponto de vista do policial. E eu acredito que não é possível entender a violência urbana no Brasil sem entender a instituição policial; ela não é um detalhe. Se você observar a cinematografia americana, há um milhão de filmes de policiais, e eu sempre me perguntava: por que não há nenhum por aqui? Então resolvi criar um filme de policiais no Brasil”. “Na tradição marxista do cinema brasileiro, o policial não podia ser problematizado. Um policial com dimensão psicológica, com questões que têm raiz também em causas sociais – isso era inadmissível”. Que tal dar uma olhada em *Assalto ao trem pagador* (1962) para verificar como Roberto Farias construiu a personagem do delegado, tão bem interpretada por Jorge Dória?

<sup>13</sup>Por exemplo, segundo Vera Malaguti (ARBEX, 2011: 24), a ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão significou “abrir caminho também para os grandes negócios transnacionais. Crime organizado é isso aí. Esses negócios olímpicos e transnacionais fazem parte da estratégia de ocupação das áreas pobres. É mais um capítulo dos ‘muros ecológicos’, ‘paredes acústicas’, que vão murando e isolando as áreas pobres. Depois, as pessoas falam que é uma alternativa. Não, não é uma alternativa ao modelo, e sim seu aprofundamento, chegando agora na ocupação militarizada das favelas. Eu chamo de gestão policial da vida. [...] Creio estarmos diante de um projeto de ocupação militarizada das áreas de pobreza do Rio de Janeiro, com uma cobertura vergonhosa da grande mídia”. O termo “geografia” foi empregado pelo militar italiano no sentido de “configuração de um sistema”.

O discurso do general Mini poderia ser a moral de *Tropa de elite 2 – o inimigo agora é outro*. Depois de uma matança entre facções num presídio de segurança máxima, motivada também pelo não cumprimento de ordens de um subordinado, o capitão Nascimento é afastado de suas funções, mas alçado ao posto de tenente-coronel. Deixa seu batalhão para trabalhar como subsecretário de Inteligência da Secretaria de Segurança, cargo que lhe permitirá fortalecer o BOPE. Em sua nova jornada, toma conhecimento da verdadeira face da corrupção no país: ao enfronhar-se nos meandros das ações de segurança, descobre que a extensão da “banda podre” da polícia é maior do que imaginava, quando se defronta com as milícias e suas conexões com a política e a mídia sensacionalista. Assim, esse conjunto (complexo, mas difuso) de interesses pessoais escusos, que visa gerar apenas poder, votos e dinheiro, passa a ser visto como o culpado pelas mazelas da nação. É uma espécie de entidade abstrata, de Mal absoluto contra o qual o bem, representado pelo tenente-coronel (e por alguns aliados), empreende sua cruzada. Nas palavras de Luiz Zanin Oricchio (2010):

Nascimento chama de “o sistema” essa rede de relações espúrias. A aliança do crime com comunicadores venais, políticos corruptos e com o próprio aparelho do Estado forma algo impessoal, que cresce, progride e se defende com lógica própria, como um organismo autônomo, independente de quem sejam seus agentes em determinado momento. Estes entram, saem, são eliminados quando já não se mostram úteis e o “sistema” cuida da própria sobrevivência<sup>14</sup>.

Para combater o “sistema”, Nascimento alia-se a um militante de direitos humanos, o deputado estadual Rodrigo Fraga, atual marido de sua ex-mulher e padrasto de seu filho, agora adolescente. Uma aliança que demora a acontecer, porque o policial tarda a compreender que, mais do que enfrentar o embate contra os ideais defendidos pelo intelectual, é o próprio ponto de vista que ele precisa modificar. Com esse “senhor deslocamento na visão de mundo de José Padilha” (ORICCHIO, 2010), que resulta da dissipação da “clivagem entre direita e esquerda” (SILVA<sub>1</sub>, 2010), o novo filme

---

<sup>14</sup>Inácio Araujo (2010c) e Luiz Zanin Oricchio (2010) apontaram para um paralelo entre a realização de José Padilha e filmes políticos italianos, como *O dia da coruja* (*Il giorno della civetta*, 1967), de Damiano Damiani, e *Investigação de um cidadão acima de qualquer suspeita* (*Indagine su un cittadino al di sopra di ogni sospetto*, 1970), de Elio Petri. Poderia pensar-se também em thrillers políticos do cinema francês, como *O atentado* (*L'attentat*, 1972), de Yves Boisset, ou *Z* (*Z*, 1968) e *Desaparecido* (*Missing*, 1982), de Constantin Costa-Gravas, o grande defensor de *Tropa de elite* no cenário cinematográfico internacional. Em *Tropa de elite 2 – o inimigo agora é outro*, Padilha, prestou sua homenagem ao diretor franco-grego, ao mostrar o deputado e sua família saindo do cinema Estação Botafogo, onde foram assistir a *Z*.

dedicado ao capitão Nascimento, segundo Plínio Fraga (2010), incorpora “o fracasso da discussão” gerada pelo primeiro e “vem humildemente dar razão a Foucault”: “Disse Foucault que cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder. Designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente, é uma primeira inversão de poder, é o primeiro passo para outras lutas contra o poder”.

Ao penetrar cada vez mais na estrutura do poder até chegar a Brasília – reforçando assim as conexões entre corrupção policial e política, e reafirmando “o senso comum de que se sabe qual é o exato endereço do Mal” (SILVA<sub>2</sub>, 2010) –, *Tropa de elite 2 – o inimigo agora é outro*, no entanto, acaba por enredar-se num “discurso sem espessura”, num niilismo rasteiro, extremamente ingênuo (ARAUJO<sub>1</sub>, 2010c e 2010b)<sup>15</sup>, arrastando os espectadores para o “vácuo da impotência” (MENA, 2010), que traga o personagem, em vez de convocá-los à própria responsabilidade de cidadãos (SILVA<sub>2</sub>, 2010). Para Eduardo Escorel (2010: 71):

Franco-atirador, José Padilha mobiliza valores arraigados de classe média que formam o caldo de cultura de regimes ditatoriais. [...]

Se as Assembleias legislativas e o Congresso Nacional estão contaminados por corrupção e envoltos em criminalidade, como se vê em *Tropa de elite 2*, proclamar a falência da atividade política, como faz o filme, estimula a descrença na democracia – regime de governo que assegura o direito de fazer críticas desse gênero.

Apesar de a trama ter-se tornado menos simplista, apesar de terem sido exploradas “a fundo as contradições do personagem e construído, para ele, um arco dramático mais acentuado, mais complexo e mais perturbador”, o que não havia sido possível no

---

<sup>15</sup>Em artigo publicado logo depois da ocupação das comunidades cariocas, Padilha (2010) acusou tanto a esquerda quanto a direita de serem *naïves*: a primeira, por defender o fim das diferenças sociais (por meio da distribuição de renda) e a promoção da educação, para combater a miséria e a violência dela decorrente; a segunda, por propugnar apenas o aumento da repressão. E deu seu diagnóstico, aceitando, sim, as argumentações da esquerda, mas acrescentando que o fator mais importante era “o efeito perverso que certas organizações administradas pelo Estado têm sobre parte da população”. Um diagnóstico nada original, além do qual ele não conseguiu ir, como aconteceu em *Tropa de elite 2 – o inimigo agora é outro*, na opinião de Luiz Zanin Oricchio (2010): “O desejo de compreender incorre no pecado da simplificação extrema e, portanto, da perda de matizes e do sentido da real complexidade das coisas. Por outro lado, ao se tornar porta-voz de um sentimento generalizado que tem a política na conta de irremediável antro de corrupção, Padilha perde a oportunidade de discuti-la a fundo”. Até na revista *Veja*, criticou-se a “invocação de uma ideia de ‘sistema’, cuja engrenagem perversa seria tão carregada pela inércia da corrupção e da ineficiência que giraria sozinha, a despeito de tudo e todos. Mas não há ‘sistema’: o que há é a soma das ações dos indivíduos” (MEIER & TEIXEIRA, 2010: 127).

primeiro filme (MANTOVANI: 2010; 57)<sup>16</sup>, apesar da rendição às ideias de Michel Foucault, o problema da saga de Roberto Nascimento continua sendo a projeção mítica<sup>17</sup> do personagem, bem como a adesão de boa parte dos espectadores a seus métodos de combate ao crime, ou seja, o que Bruno Barreto (SOUSA, 2010) denominou “sincronicidade entre o produto e aquilo que o público queria ver”<sup>18</sup>. Na opinião de Luiz Felipe Pondé (2010): “Ver-se representado no Capitão Nascimento e no Bope não é pecado de gente reacionária. É condição de quem é vítima, seja de um Estado irresponsável, seja de bandidos e assassinos”. Nas favelas, no entanto, onde os homens da lei, nas palavras de um morador do Complexo do Alemão (BORTOLOTTI, 2011), “não têm faro para distinguir quem é bandido de quem é cidadão” – como os recentes acontecimentos cariocas demonstraram –, a desconfiança atávica e uma surda

---

<sup>16</sup>O perfil psicológico do protagonista pautou-se pela construção de personagens emblemáticos desse gênero na cinematografia norte-americana recente, como, por exemplo, o Robert Green de Joaquin Phoenix em *Os donos da noite* (*We own the night*, 2007), de James Gray. Gustavo Dahl (2010), também, apontou para a ascendência *yankee* do personagem brasileiro, ao escrever que: “os roteiristas Bruno (sic) Mantovani e Padilha sabem utilizar os clichês míticos e catárticos do cinema comercial em causa própria. O policial que vê atacada sua família e se transforma em vingador é um clássico do cinema americano. E a chegada da tropa amiga na situação de perigo final fica pedindo um toque de corneta da Cavalaria. Mas, como tudo é plausível, o uso do clichê se põe a serviço da comunicação de um generoso, mas feroz desejo de intervenção sobre o real do país. Sem bom mocismo nem paternalização”. Segundo Leonardo Cruz (2010): “O apreço por esses policiais justiceiros vem de longe. Nos anos 70 e 80, por exemplo, Clint Eastwood viveu Harry, o Sujo, tira violento que ignorava a lei para massacrar bandidos nas ruas de San Francisco. O sucesso de público foi tanto que *Perseguidor implacável*, de 1971, rendeu quatro continuações. Nascimento descende da linhagem de Harry, só que bem azeitado ao cotidiano nacional. A farda e a caveira do Bope não só respaldam seus atos brutais como realçam o realismo do personagem – Nascimento soa sempre verossímil, de carne e osso”. A árvore genealógica do paladino solitário da justiça feita com as próprias mãos poderia incluir ainda Arnold Schwarzenegger, Bruce Willis, Chuck Norris, Jean-Claude Van Damme, Mel Gibson, Steven Seagal, Sylvester Stallone *and so on*, sem esquecer do Charles Bronson da trilogia *Desejo de matar* (*Death wish*, 1974/1981/1985), de Michael Winner.

<sup>17</sup>“O Nascimento é um personagem que ficou no terreno mítico, um personagem muito político, mas com uma dimensão muito pop também”, afirma Wagner Moura (NUNES, 2010), ao referir-se ao personagem que interpretou nos dois filmes de Padilha. A revista *Veja*, na capa de sua edição de 10 de novembro de 2010, saudou o tenente-coronel Nascimento como “o primeiro super-herói brasileiro”. O fato de o personagem ter-se tornado mais atormentado do que era no primeiro filme, também não constituiu um empecilho para sua aceitação, pois as histórias em quadrinhos acostumaram o público a aceitar “personagens com defeitos e problemas como os de qualquer pessoa”, segundo Stan Lee (MARTHE, 2011: 105), criador de super-heróis.

<sup>18</sup>No segundo ato da saga da tropa de elite, a atenuação da violência não impediu que o público vibrasse mais nas sequências em que ela surgia de forma explícita nas mãos principalmente de Roberto Nascimento. Apesar do entusiasmo pela trama, a polícia militar paulista fez questão de ressaltar que não haveria lugar para esse integrante do BOPE na sua corporação, por ele ser anacrônico: “A polícia de São Paulo não quer ter heróis. Isso é coisa do passado. Queremos uma tropa formada por homens que sigam os procedimentos esperados e não improvisem” – declarou o major Ulisses Puosso (MANSO, 2010).

hostilidade contra a polícia são dados de fato<sup>19</sup>. Segundo a revista *Veja*, a busca de respostas rápidas e efetivas aos problemas de segurança é o anseio de qualquer pessoa de bem, independentemente de classe social ou região, não apenas de uma classe média amedrontada, e cita uma declaração do historiador Marco Antonio Villa (MEIER & TEIXEIRA, 2010: 123): “Como o estado falha na segurança, nós, que somos vítimas, temos a tendência de buscar soluções personalizadas, individuais. Nascimento dá vazão a essa ânsia por soluções imediatas. Ele é um justiceiro do século XXI brasileiro”.

Se este for um fato incontestável, então persiste uma dúvida: que espécie de sociedade é essa que ainda precisa de um herói?

#### Referências bibliográficas

[ANTUNES, Claudia]. “Maior problema do Rio está nas armas, e não nas drogas”. *Folha de S. Paulo*, 4 dez. 2010.

ARAUJO<sub>1</sub>, Inácio. “Cinema brasileiro precisa achar o equilíbrio”. *Folha de S. Paulo*, 23 dez. 2010a.

\_\_\_\_\_. “Recepção de ‘adeptos’ definirá êxito de ‘Tropa 2’”. *Folha de S. Paulo*, 12 out. 2010b.

\_\_\_\_\_. “‘Tropa de elite 2’ se prende em discurso sem espessura”. *Folha de S. Paulo*, 7 out. 2010c.

ARAUJO<sub>2</sub>, Tarso. “Jogo sem fim”. *Folhateen*, supl. de *Folha de S. Paulo*, 6 dez. 2010.

ARBEX, José Jr. “É fantástico o show da morte”. *Le Monde diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 4, n. 42, jan. 2011, p. 24.

BALSEMÃO, Rafael. “Polêmica à vista”. *Folha de S. Paulo*, supl. *Guia Folha*, 8 out. 2010.

BAVA, Silvio Caccia. “Crime e preconceito”. *Le Monde diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 3, n. 37, ago. 2010, p. 4-5.

\_\_\_\_\_. “E depois do narcotráfico vem o quê?”. *Le Monde diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 4, n. 42, jan. 2011, p. 21-23.

BORTOLOTTI, Marcelo. “AfroReggae faz ‘reality’ sobre a polícia”. *Folha de S. Paulo*, 6 fev. 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Não há solução mágica”. *Folha de S. Paulo*, 5 dez. 2010.

CALADO, Carlos. “O cara com a cara do Brasil”. *Folha de S. Paulo*, supl. *Guia Folha*, 25 fev. 2011.

---

<sup>19</sup>De uma enquete realizada, em 2006, pelo Núcleo de Pesquisa das Violências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, junto a 3500 habitantes de vários bairros cariocas, resultou que 60% não confiavam nas forças da ordem, consideradas violentas e corruptas (MEIER & TEIXEIRA, 2010: 127).

- CALLIGARIS, Contardo. “A batalha do Rio”. *Folha de S. Paulo*, 9 dez. 2010.
- CORRÊA, Marcos Sá. “Saque em nome da ordem é desordem”. *O Estado de S. Paulo*, 12 dez. 2010.
- COSTA, Paula Cesarino; FRAGA, Plínio. “Vamos investigar ‘dentro de casa’, diz Beltrame”. *Folha de S. Paulo*, 6 dez. 2010.
- CRUZ<sub>1</sub>, Christian Carvalho. “Um espelho no morro”. *O Estado de S. Paulo*, 5 dez. 2010.
- CRUZ<sub>2</sub>, Leonardo. “O triunfo do monstro”. *Folha de S. Paulo*, 12 dez. 2010.
- DAHL, Gustavo. “Filme livra cinema brasileiro da irrelevância”. *Folha de S. Paulo*, 16 out. 2010.
- DEZAN, Anderson. “Tropa de elite 2 pode confundir a população, diz comandante do Bope”. Disponível em: *IG Rio*, 14 out. 2010. Acesso: 15 out. 2010.
- ESCOREL, Eduardo. “A pausa que diverte”. *Piauí*, Rio de Janeiro-São Paulo, ano 5, n. 50, nov. 2010, p. 71.
- FRAGA, Plínio. “Cel. Nascimento dá razão a Foucault em ‘Tropa 2’”. *Folha de S. Paulo*, 19 out. 2010.
- FREIXO, Marcelo. “Sociedade segura é a que dá perspectiva para os jovens”. *Folha de S. Paulo*, supl. *Folhateen*, 6 dez. 2010.
- GABEIRA, Fernando. “Complexo do Alemão, Serra Pelada”. *O Estado de S. Paulo*, 18 fev. 2011.
- LESSA, Renato. “Paradigma do voo rasante”. *O Estado de S. Paulo*, 5 dez. 2010.
- MANSO, Bruno Paes. “Em SP não há espaço para o Capitão Nascimento”. *O Estado de S. Paulo*, 24 out. 2010.
- MANTOVANI, Bráulio. “Eu não sou o Capitão Nascimento”. *Dicta&Contradicta*. São Paulo, n. 6, dez. 2010, p. 48-58.
- MARTHE, Marcelo. “A força é dos fracos”. *Veja*, São Paulo, ano 44, n. 5, 2 fev. 2011, p. 104-105.
- MARTINS, José de Souza. “Droga de combate”. *O Estado de S. Paulo*, 28 nov. 2010.
- MEIER, Bruno; TEIXEIRA, Jerônimo. “Enfim, um herói do lado certo”. *Veja*, São Paulo, ano 43, n. 45, 10 nov. 2010, p. 120-127.
- MENA, Fernanda. “Sequência investe em trama mais complexa”. *Folha de S. Paulo*, supl. *São Paulo*, 10 out. 2010.
- MINI, Fabio. “Un futuro di bande”. *L'Espresso*, Roma, ano LVII, n. 1, 6 jan. 2011, p. 74-75.
- NOGUEIRA, Italo. “Comando Azul”. *Folha de S. Paulo*, 17 out. 2010a, p. C10.
- \_\_\_\_\_. “Milícias não se combatem com UPP, afirma governo”. *Folha de S. Paulo*, 12 dez. 2010b, p. C6.
- NUNES, Thayana. “Wagner Moura fala sobre *Tropa de elite 2* e se diz parecido com Capitão Nascimento”. Disponível em: *IG Gente*, 14 out. 2010. Acesso: 14 out. 2010.

- OLIVEIRA, Francisco de. “A surda guerra oculta”. *O Estado de S. Paulo*, 5 dez. 2010.
- ORICCHIO, Luiz Zanin. “Pensamento vivo do capitão Nascimento”. *O Estado de S. Paulo*, 17 out. 2010.
- PADILHA, José. “Carcaça de uma sociedade”. *O Estado de S. Paulo*, 28 nov. 2010.
- PAIVA, Marcelo Rubens. “O Rio de Janeiro não continua sendo”. *O Estado de S. Paulo*, 15 jan. 2011.
- PONDÉ, Luiz Felipe. “A democracia da caveira”. *Folha de S. Paulo*, 6 dez. 2010.
- ROSENBERG, Thiago. “Notícias de uma guerra coletiva”. *Continuum Itaú Cultural*, São Paulo, n. 4, out. 2007, p. 10-15.
- SALLES, Marcelo. “O funk é democrático e, por isso, perigoso”. *Le Monde diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 4, n. 42, jan. 2011, p. 36-37.
- SILVA<sub>1</sub>, Fernando de Barros e. “‘Tropa de elite’ pelo avesso”. *Folha de S. Paulo*, 20 nov. 2010.
- SILVA<sub>2</sub>, Marina. “‘Tropa de elite 2’: mudou a vista, mudou o ponto”. *Folha de S. Paulo*, 27 out. 2010.
- SOARES, Luiz Eduardo et al. *Elite da tropa 2*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- SOUSA, Ana Paula. “Barreto tem relação de amor e ódio com sucesso”. *Folha de S. Paulo*, 9 dez. 2010.
- TEIXEIRA, Jerônimo. “A polícia da polícia”. *Veja*, São Paulo, ano 43, n. 41, 13 out. 2010, p. 126-129.
- VILLALBA, Patrícia. “‘Critico muito a polícia. Mas elogio também’”. *O Estado de S. Paulo*, supl. TV, 5 dez. 2010.